



PARTICIPAÇÃO X REPRESENTAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA MUNICIPAL

Luisa Chagas da Silva Leão, Vitor de Moraes Peixoto

Para que um regime de governo seja considerado democrático, ou poliárquico (DAHL, 1997), é necessário que haja 1) participação ampla dos cidadãos através do direito de escolha de seus representantes e de se candidatar à representação; e a possibilidade de 2) contestação e oposição ao governo. Analisando apenas esses dois eixos principais na teoria política de Dahl, podemos entender que há, de fato, uma maior democratização no sistema político no Brasil. Entretanto, existem entraves institucionais aos que desejam se candidatar (como por exemplo: a necessidade de filiação partidária, o tamanho do distrito eleitoral, os coeficientes eleitorais, e o sistema de listas etc) (SANTOS, 1998). Tais entraves podem favorecer aos grupos majoritários dando-lhes a permanência nos cargos políticos, afastando as minorias da representação.

Paralelamente à política formal, defendendo os direitos das minorias, estão os movimentos sociais. Para nossa questão interessa o movimento feminista, que luta pela autonomia e igualdade das mulheres. Tal movimento se propõe autônomo, ou seja, desvinculado de partidos políticos ou instâncias do Estado (Costa, 2005). A explicação para isso parte do pressuposto que, ao se vincular ao Estado ou a um partido ou a algum órgão governamental, a autonomia (tão importante para o movimento) é perdida, já que tais instâncias reproduzem o patriarcado e a opressão de gênero e classe, o que seria um paradoxo para o feminismo e suas conquistas.

O presente trabalho tem como objetivo analisar o paralelo participação x representação de mulheres na política formal (dentro da democracia representativa), abrangendo as dificuldades de interação entre movimento social (feminista, no caso) e a política institucional. Abordaremos pontos prejudiciais e favoráveis de tal 'não-interação' e suas consequências no campo da representação feminina.

A metodologia utilizada será 1) levantamento bibliográfico referente ao tema da participação e da representação políticas, abrangendo a atuação do movimento feminista em paralelo à política formal; e 2) análise quantitativa de dados referentes aos atributos das candidatas e eleitas nas eleições proporcionais dos municípios brasileiros em 2012.

Apesar dos entraves para a introdução de minorias na política institucional, a representatividade política, e a presença de mulheres na política formal podem constituir importante forma de agir afim de criar políticas públicas que favoreçam os interesses das mulheres.

Palavras-chave: Democracia representativa, Representação feminina, Movimento feminista.

Instituição de fomento: CNPq